



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos, na qualidade de Fiscal Único da sociedade **TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.** apresentar o nosso parecer sobre o Relatório e demais documentos de prestação de contas elaborado pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

1. Atendendo ao contexto descrito, no exercício das nossas funções:

- a) Acompanhámos a gestão da sociedade através do contacto mantido com o Conselho de Administração e os departamentos Financeiro e de Contabilidade, solicitando os esclarecimentos que, nas circunstâncias, entendemos convenientes;
- b) Averiguámos a observância da lei e do cumprimento do contrato de sociedade;
- c) Procedemos a verificações dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte e avaliamos a eficácia do sistema de controlo interno da sociedade, com a periodicidade e extensão consideradas necessárias e aplicáveis;
- d) Examinámos as demonstrações financeiras e demais documentos de prestação de contas da sociedade, à luz dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados.

2. Em resultado dos procedimentos efetuados, consideramos relevante referir os seguintes aspetos:

- a) À data de 31 de dezembro de 2018 a sociedade permanece numa situação de perda de metade do capital, nos termos previstos no art. 35º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que será necessário atender ao respetivo enquadramento legal aplicável;
- b) A referida situação de perda de metade do capital decorre do montante de resultados transitados negativos que a sociedade apresenta no capital próprio, pelo que neste contexto se torna necessário ter em atenção as obrigações previstas na lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, (legislação que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais), bem como as condições impostas para a continuidade da atividade empresarial local;
- c) A lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, determina que é competência do Município de Braga (n.º 2 do art. 40.º), na qualidade de detentor da totalidade do capital social da sociedade, realizar uma transferência financeira por forma a equilibrar os resultados do exercício, caso o resultado



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

antes de imposto se apresente negativo (a lei anterior – lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro – indicava que essa obrigação do Município existia quando os resultados de exploração operacional acrescidos dos encargos financeiros fossem negativos). Apesar disso, em exercícios anteriores estas transferências não foram realizadas pelo Município, motivo pelo qual a sociedade apresenta um montante de, aproximadamente, 6 150 000 euros de resultados transitados negativos.

3. Tendo em consideração as verificações, fiscalizações e diligências executadas, bem como os documentos de prestação de contas da sociedade e a Certificação Legal das Contas por nós emitida, sem reservas ou ênfases, (a qual anexamos para integrar o presente Relatório e Parecer), **concluimos que:**

- A Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão satisfazem as disposições legais e estatutárias e refletem a atividade da sociedade no exercício em causa, bem como a sua situação económica e financeira.
- Os atos da Administração que são do nosso conhecimento não colidem com a lei nem com os estatutos da sociedade;

e somos de parecer que a Assembleia Geral deve:

- Aprovar o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018;
- Aprovar a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração;
- Proceder à apreciação da Administração e da Fiscalização da sociedade, nos termos previstos no artº. 455º. do Código das Sociedades Comerciais.

Braga, 26 de abril de 2019

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.
(SROC 153, CMVM 20161463)
Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557; CMVM 20160219)